

Empreiteiras têm em terrenos material suficiente para construir 114 escolas

Simone Ruiz

Num vasto terreno com vista para o mar, na Avenida das Américas, Barra da Tijuca, 19 gigantes estão há quatro anos adormecidos. São 19 Cieps, que poderiam ter sido erguidos com os módulos inteiros de pisos, paredes e pilares estocados no que se convencionou chamar de *cemitérios de concreto*. Eles são uma pequena amostra do número de escolas, com material pré-fabricado já pronto, que deixaram de ser construídas quando o ex-governador Moreira Franco interrompeu o programa educacional iniciado no primeiro governo Brizola. Desde março de 1987, dez empreiteiras vêm mantendo *cemitérios* como esse, esperando sinal verde para retomada do projeto. Essa paciente espera já custou aos cofres do estado, cerca de US\$ 25 milhões (Cr\$ 827,5 milhões ao câmbio paralelo).

Para alugarem os terrenos e cuidarem da manutenção e vigilância dos pré-moldados — suficientes para construção de 114 escolas —, as empreiteiras receberam verbas mensais do Estado. Os US\$ 25 milhões, entretanto, correspondem ao prejuízo total da paralisação do programa. Nessa conta estão incluídos, além dos gastos com os *cemitérios*, tudo que o Estado pagou às empreiteiras para manterem os Cieps

semi-erguidos por elas. Nessas condições, existem hoje cerca de 300 escolas. Os cálculos são resultado de estudos da comissão parlamentar de inquérito — instaurada há quatro meses, a requerimento da deputada Alice Tamborindéguy (PDT) — para apurar o abandono do programa.

Segundo o engenheiro José Carlos Sussekkind, que com o arquiteto

Oscar Niemayer criou o projeto arquitetônico dos Cieps, das 500 escolas previstas no programa iniciado em 1984, só 119 estão em funcionamento. Apesar de terem pago e recebido para mantê-las, o Estado e as empreiteiras praticamente abandonaram as restantes — no esqueleto, com parte das fundações construídas ou em forma de projetos ainda no papel.

De acordo com outro estudo elaborado recentemente pelo governo do Estado, só para reforma dos Cieps em funcionamento seriam necessários, a princípio, cerca de US\$ 15 milhões (Cr\$ 496,5 milhões). Esse dinheiro é pouco menos do que foi pago às empreiteiras por rescisão de contrato e reajustes mensais obtidos até agosto de 1990: US\$ 18 milhões (595,8 milhões).

Somado esse prejuízo aos US\$ 6 milhões (Cr\$ 198,6 milhões), referentes aos gastos com vigilância, alugéis e manutenção, chega-se ao total de US\$ 25 milhões, pagos até agosto de 1990. A

partir dessa data, a rescisão desobrigou o Estado de qualquer ônus. "Todas essas contas, dívidas e saldos terão de ser revistos", explica Sussekkind, que atualmente preside a comissão criada pelo Estado para construção da Linha Vermelha. Segundo ele, Brizola manteve contatos com alguns empreiteiros para negociar a retomada do programa.

"Antes de tudo, entretanto, será preciso zerar as contas. Algumas empresas, por exemplo, receberam dinheiro adiantado para a compra de material de fabricação dos módulos. Esse é um detalhe que terá de entrar nos cálculos de contas técnicas e aritméticas", adianta Sussekkind. Segundo ele, o governador garante que há recursos para a retomada do projeto.



Sussekkind: Brizola anuncia retomada do programa logo

Os gastos do estado (US\$ 25 milhões)

